

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

-----**FALTAS:**-----

-----**JUSTIFICADAS**-----

----- O Vereador, Victor Camarneiro apresentou justificação da falta à presente reunião, que a Câmara aceitou. -----

-----**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA QUINZE DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.**-----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia quinze de Fevereiro do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1.DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

----- 1.1.1. - SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS -----

----- 2- Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara, nos termos dos artigos sessenta e quatro e sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco- A barra dois mil e dois de onze de Janeiro. -----

----- 3- Protocolos e Contratos-Programas. -----

----- 4- Candidatura ao "Programa de Infraestruturas Florestais dois mil e dois". -----

----- 1.2. DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.2. - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 2- Pedido de realização de feira extraordinária no dia vinte e sete de Março de dois mil e dois. -----

----- 2. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO-----

----- 2.1. - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES.-----

----- 15 - Rectificação ao ponto número três da Divisão de Obras Particulares da acta exarada na reunião ordinária de cinco de Setembro de dois mil e um - Processo número oitenta e oito barra dois mil e um. -----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO-----

----- 3- Atribuição de subsídios aos Clubes Desportivos do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- 4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- 2- Protocolo a celebrar entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

----- O Presidente da Câmara propôs ainda que fosse retirado o seguinte ponto: -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. - SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 2. Novo Mercado Municipal (Alteração da cobertura) - Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos - Elementos para aprovação.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- **1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**-----

----- **1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA** -----

----- **1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.** -----

----- **2- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL** ---

----- **NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DOS ARTIGOS---**

----- **64º E 65º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, NA-----**

----- **REDACÇÃO DA LEI Nº5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO.**-----

----- **O Presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços a dar conhecimento que, na reunião de dez de Janeiro do corrente ano, a Câmara Municipal delegou as competências, no Presidente da Câmara, nos termos dos artigos sessenta e quatro e sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro. Porém, face à nova redacção dada, pela Lei número cinco -A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, há necessidade de reformular essa delegação, no que diz respeito às alíneas d) e e), do número dois do artigo sessenta e quatro.-----

----- Assim, as referidas alíneas passam ater a seguinte redacção: -----

----- Alinea d): "Executar as opções do plano e orçamentos aprovados, bem como aprovar as suas alterações;" -----

----- Alinea e): "Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;" -----

----- A Câmara face à informação prestada pelos serviços, deliberou por unanimidade autorizar a delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal, nos termos dos artigos sessenta e quatro e sessenta e cinco, da Lei número cento e sessenta e nove

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco-A
barra dois mil e dois de onze de Janeiro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4- CANDIDATURA AO "PROGRAMA DE INFRAESTRUTURAS ---- FLORESTAIS 2002". -----

-----O Presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- O Presidente da Câmara informou que, no dia vinte e seis de Fevereiro do corrente
ano, tinha decorrido na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, uma reunião com os
membros da Comissão Especializada de Fogos Florestais Municipal - CEFF. -----

----- A referida reunião teve como objectivo debater os assuntos relacionados com as
medidas de preservação da floresta contra incêndios e valorização dos produtos florestais,
adequando as intervenções prioritárias ao "Programa de Infraestruturas Florestais dois mil e
dois - preservação da floresta contra incêndios", da responsabilidade da Comissão Nacional
Especializada de Fogos Florestais - CNEFF. Assim, foram mencionadas as necessidades de
alargamento e recuperação de alguns caminhos florestais, manutenção geral dos diversos
pontos de água do Concelho, e a instalação de outros.-----

----- Informou ainda que, tinha sido deliberado naquela reunião, relativamente aos
caminhos florestais, apresentar candidatura para alargamento e recuperação dos mesmos,
sendo considerada como intervenção prioritária o caminho de Outeiro Longo ao
cruzamento da estrada do Meco/Zambujeiro, dada a grande densidade de vegetação.
Igualmente localizado numa área sensível era o caminho de Presalves para Outeiro da
Moura, intervenção que devia também ser sujeita a candidatura ao "Programa de
Infraestruturas Florestais dois mil e dois". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a
apresentação da candidatura ao "Programa de Infraestruturas Florestais dois mil e dois", da
responsabilidade da Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais - CNEFF, para
alargamento e recuperação dos seguintes caminhos florestais: Caminho de Outeiro Longo
ao cruzamento da estrada do Meco/Zambujeiro e Caminho de Presalves para Outeiro da
Moura. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --
169799, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES -----
INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE
JANEIRO. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre catorze e vinte e cinco de Fevereiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA** -----

----- **1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.**-----

----- **4- PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE----- MONTEMOR-O-VELHO E A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO VARÃO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----**

----- O Presidente da Câmara informou que tinha sido celebrado um Protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo Varão, para executar o arranjo do Largo do Poço dos Sardões, Rua da Madalena e Lavadouros, existentes em Santo Varão até trinta e um de Dezembro de dois mil e um. -----

----- Informou ainda que, após vistoria realizada à obra pelos serviços de técnicos da Câmara, os mesmos verificaram que se encontram executados os trabalhos de ajardinamento do Largo do Poço dos Sardões, as obras de recuperação dos Lavadouros e parte das obras na Rua da Madalena, devendo ser prorrogado o prazo de execução do Protocolo até trinta e um de Março para conclusão da obra. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a prorrogação do prazo do protocolo com a Junta de Freguesia de Santo Varão. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5- MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA DA "REDE DE --- ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSSELHA" - FASE B --- (ETAR) - CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO.**-----

----- Foi presente a minuta do contrato da empreitada referida em epígrafe, a qual consta como documento anexo à presente acta sob o número cinco. -----

----- A pedido do Presidente da Câmara, interveio o Vereador Abel Girão, para dizer que apesar de já terem o projecto aprovado para a ETAR, tinham sido confrontados com a reclamação de algumas pessoas de Formoselha, no sentido de ser feita uma alteração da localização, tendo em vista no futuro ser mais fácil a ligação de uma bacia, que ainda não estava adjudicada, à ETAR. Por outro lado, pretendia servir algumas habitações que pelo traçado que estava a ser efectuado na altura, não iria ser viável. -----

----- Presentemente estavam a fazer um levantamento topográfico do novo traçado, para verificar se tecnicamente era possível o emissário passar por aquela zona. Poderá também haver alguma questão relacionada com a CP, em termos de zona non-edificandi,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

mas de qualquer modo e em relação aos timings, não iria haver atraso na construção da Etar, pois haviam compromissos assumidos com Protocolos, com empreendedores, de loteamentos na zona de Pereira e Santo Varão e não se poderia ultrapassar o prazo estipulado pelos mesmos. Até final de dois mil e dois, iriam decerto ter a ETAR em funcionamento, para servir aqueles loteamentos que já estavam em construção. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato em epígrafe.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **6- APROVAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE --** ----- **ACTIVIDADES DE 2001.** -----

----- Foram presentes a Conta de Gerência e o Relatório de Actividades do ano económico de dois mil e um, a qual apresentava uma receita total de três biliões zero noventa milhões oitocentos e trinta e nove mil quinhentos e quarenta e nove escudos e dez centavos e uma despesa global de três biliões zero noventa milhões oitocentos e trinta e nove mil quinhentos e quarenta e nove escudos e dez centavos, sendo o saldo a transitar para a gerência seguinte:-----

----- Da Conta da Execução Orçamental - sessenta e três milhões trezentos e oitenta e sete mil novecentos e trinta e um escudos.-----

----- Da Conta de Operações de Tesouraria - cinquenta milhões oitocentos e sessenta e nove mil dezasseis escudos e trinta centavos.-----

----- O Presidente da Câmara disse que estavam em presença de um documento técnico, que repartia duas áreas distintas, uma área clara que pressupunha um relatório da actividade desenvolvida e um outro, uma análise técnica e financeira da execução da despesa da recolha da receita e do ajustamento, que tinha havido entre aquele equilíbrio que se pretendia sempre entre receita e despesa, quer do ponto de vista orçamental, quer de execução. -----

----- Do ponto de vista técnico, pensava que a Conta de Gerência, tal como tinha acabado de referir, estava ali subjacente o tratamento contabilístico, claro da execução, que em dois mil e um se tinha verificado. Pensava que não havia nada a referir, não pondo em causa os serviços na sua transmissão técnica daquela execução. -----

----- Em termos de relatório de actividades, tinha alguns aspectos que queria deixar claro ao executivo, para melhorar a análise daqueles documentos e que depois poderiam enquadrar. Esperava fazê-lo com mais adequabilidade, para quando submetesse, à aprovação, da Assembleia Municipal aqueles documentos fossem mais claros. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- Em termos técnicos, a Conta de Gerência, foi apresentada quer em escudos, quer em euros na síntese global. Em termos de recebimento e entradas de fundo, verificaram que durante o ano de dois mil e um, entraram nos cofres do Município, três milhões e noventa mil oitocentos e trinta e nove contos quinhentos e quarenta e nove escudos e dez centavos. -----

----- Em termos de pagamentos e de saídas, e respeitante ao mesmo montante, isto é os mesmos três milhões e noventa mil oitocentos e trinta e nove contos quinhentos quarenta e nove escudos e dez centavos repartidos pela seguinte forma: -----

----- Em termos de receita corrente, houve um total de um milhão trezentos e dezasseis mil duzentos e setenta e cinco contos. -----

----- Em termos de receita de capital, um milhão quatrocentos e trinta mil novecentos e trinta e cinco contos, uma despesa corrente de um milhão cento e quarenta e quatro mil setecentos e noventa contos e uma despesa de capital de um milhão seiscentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e quinze contos. -----

----- Depreendia-se dali claramente que alguma receita corrente foi consignada em termos de aplicabilidade na despesa de capital. Por outro lado, também significava que dentro daquela Conta de gerência, a distribuição da despesa por funções e em termos percentuais foi grosso modo a seguinte: -----

----- Para a Educação - Três vírgula três por cento; para a Cultura, Desporto e Tempos Livres - vinte e dois ponto um por cento; para a Acção Social - meio por cento; para a Habitação e Urbanização - seis e meio por cento; para o Saneamento e Salubridade - vinte e um e meio por cento; para a Protecção Civil - um ponto um por cento; para o Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público - catorze ponto sete por cento; para comunicações e transportes - vinte e nove ponto dois por cento; outras despesas e reestruturações - um ponto um por cento. -----

----- Significava por outras palavras que, o que também não seria muito incongruente com o ano que se viveu do ponto de vista eleitoral, de recuperação de intempéries, que a estratégia anterior, e estavam ali numa leitura apenas e somente não só técnica, como também de interpretação dos números que lhes foram postos á disposição, que o grande investimento tinha sido de facto nas comunicações e vias de comunicação. Cerca de trinta por cento da despesa total tinha sido para aquela via. -----

----- Em relação à evolução da despesa por funções, desde mil novecentos e noventa e nove até dois mil e um, aquilo que se verificava era precisamente o seguinte: Em termos da Educação o ano de maior despesa em termos absolutos, foi o ano de dois mil. Em dois mil e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

um havia um, decréscimo face a dois mil. Em termos de Cultura Desporto e Tempos Livres era uma das áreas em que tinha havido um crescimento bastante grande de dois mil para dois mil e um. Em termos de Acção Social e ali chamava a atenção do Vereador actual daquela área, pois era uma das áreas que o preocupava e em que deveriam começar a ter uma efectiva intervenção, mais activa que possa em parceria e em empatia com outros agentes, ganhar o espaço que pensava que aquela obrigação municipal até ao momento, não tinha tido a devida evidência, nem o devido peso. A Acção Social era uma das rubricas mais residuais para o qual tinham que repensar sobretudo algumas iniciativas.-----

----- Quanto à habitação e Urbanização, verificava-se também, um crescimento de dois mil para dois mil e um. No tocante ao Saneamento e Salubridade aquela circunstância tinha sido também evidente. No que dizia respeito ao Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, havia uma estabilização, embora com algum crescimento relativo de dois mil para dois mil e um. Comunicações e transportes, era o sector de maior investimento e na Defesa do Meio Ambiente, era também um dos espaços que em parceria com a Acção Social lhe parecia que tinha que haver alguma preocupação. -----

----- Sectores como o Turismo, o Desenvolvimento Económico e Industrial não são tão evidentes na representação da Conta de Gerência e deviam merecer a partir daquele momento, uma preocupação mais atenta, porque eram vectores de desenvolvimento e fixação de capital, que poderão vir a criar melhores condições de riqueza e melhor distribuição do valor acrescentado.-----

----- Em relação ao mapa comparativo das taxas de execução, do mesmo orçamento poderia-se verificar, que dois mil e um tinha uma taxa de execução orçamental de cerca de quarenta ponto trinta e sete por cento, o que foi comparado com os anos anteriores, nomeadamente noventa e oito, noventa e nove e dois mil.-----

----- Esperava na próxima reunião de Câmara apresentar a primeira proposta global do Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e dois e pedir aos Vereadores que ficassem desde já de sobreaviso, que era possível que tivessem que recorrer a uma reunião extraordinária no próximo dia vinte e dois de Março, para com aquele ponto em exclusivo aprovarem o Plano de Actividades e Orçamento de dois mil e dois, para que em parceria com aquele documento da Conta de Gerência fizesse parte obrigatoriamente como aliás estava na Lei da Assembleia Municipal de Abril do corrente ano.-----

----- Não iria tecer mais comentários, até porque lhe parecia que para além da tecnicidade que o documento revestia nos outros aspectos, pensava que não seria de bom tom estar a fazer análises mais profundas do ponto de vista qualitativo, quando pensava

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

que as coisas que ali estavam transcritas eram questões claras daquilo que tinha sido feito. Essa avaliação tinha tido em dezasseis de Dezembro o seu resultado. Chamava à atenção, por último, para a situação extremamente delicada das dívidas transitadas: um milhão novecentos e oitenta mil trezentos e quarenta e seis contos (total) sendo de um milhão duzentos e quarenta e um mil duzentos e vinte e cinco contos (Empréstimos de médio e longo prazos) e de setecentos e trinta e nove mil cento e um contos, de curto prazo. -----

----- Esperava que a partir daquele momento, falassem deles e do seu futuro e que em relação ao passado, recolhessem os necessários exemplos que não seriam os mais fortificadores no futuro. Quanto aos outros, não teriam problemas em saber enaltecê-los, enfatizá-los e copiá-los quando forem necessários. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Vereador António Ramalheite para dizer que, era um pouco alheio a todos aqueles números, pois era uma questão técnica. Porém gostava de dizer que tudo aquilo sempre tinha sido defendido pelo Dr. Pedro Machado nas Assembleias Municipais, pois tinha lutado sempre contra os orçamentos inflacionados, mas noutras oportunidades dizia que havia falta de capacidade dos Executivos em conseguir novas verbas, além daquilo que era estipulado por Lei o que criava alguma falta de capacidade. -----

----- Esperava que, e ali estavam para acompanhar a evolução das coisas. Naquele orçamento quanto ao rigor não iria haver margem para que aquelas mais valias que á priori se iriam conseguir, acontecessem e com o rigor do orçamento, o que nunca o tinha preocupado, ele não ultrapasse o permitido por Lei, mas que haja um espaço de manobra para que outras rubricas se possam meter na devida altura. -----

----- Seguidamente interveio o Vereador Emidio Fidalgo para dizer que, em relação aos orçamentos inflacionados era critico desde sempre, quer fosse com uma Câmara do PS, quer fosse com uma Câmara do PSD. Não era legitimo inflacionar. O Vereador Pedro Machado tinha levantado aquelas questões, várias vezes e o mesmo percebia como as coisas eram e como seriam dali para a frente. -----

----- Aquilo que no fundo apelava, independentemente de tudo aquilo, que dali para o futuro contra ventos e marés, fosse com quem fosse, que as coisas fossem o mais rigorosas possíveis, para não darem aso a quem quer que fosse, de tecer algumas considerações menos abonatórias e que no fundo da forma como muitas vezes eram ditas, que davam a entender uma ineficácia na execução daquilo que tinha em pleno Orçamento. -----

----- Interveio de seguida o Vereador Pedro Machado para dizer apenas que, aceitava o desafio feito pelo Presidente da Câmara e a preocupação que o mesmo tinha

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

nomeadamente em áreas sensíveis do Concelho como a Acção Social, o Desenvolvimento da Habitação Social, os Transportes Escolares e outras áreas que poderiam não estar ali acauteladas.-----

----- Em relação ao documento técnico, não iria dizer muito mais, além do que tinha sido dito, pois o que andou em volta dos últimos quatro anos, tinha andado sempre em volta de uma das regras que também iriam ser implantadas e voltar a por em prática que era o inflacionamento enorme que existia entre o orçamentado e o realizado. Estava certo que não naquele documento, mas em documentos futuros, teria o gosto e a alegria de poder reeditar velhas e saborosas discussões com o Ex-líder da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal e em resumo todos tinham consciência de que havia ainda muita área do Concelho que não estava salvaguardada, quer as que o Presidente da Câmara de alguma forma tinha enunciado, como tendo que serem prioritárias de intervenção, quer outras com números baixos, como era o caso da Protecção Civil que tinha um virgula um por cento. Era actualmente uma das bandeiras que o Presidente da Câmara quis lançar e do seu ponto de vista muito bem, desde o passado dia vinte e sete de Janeiro. Estava certo que outras poderiam e deveriam ter a sua atenção. -----

----- A questão do Desporto e da Cultura também eram áreas que tinham sido salvaguardadas, porque ali também apresentavam taxas baixas de execução. A Habitação Social, também devia de ser uma preocupação, pois havia mecanismos que não tinham sido suficientemente explorados e já tinham contactado os serviços, no sentido daqueles mecanismos serem rapidamente explorados, fazendo também o desafio ao Vereador das Obras, pois muitos dos processos que transitavam dos levantamentos de necessidades de habitação social vinham a esbarrar depois ao nível do funcionamento interno da casa, pois não têm tido ou resposta a tempo, ou noutros casos ainda resposta. ----

----- A Câmara depois de ter analisado convenientemente a Conta de Gerência do ano de dois mil e um, bem como todos os documentos constantes da mesma e a que se refere a resolução número um barra noventa e dois do Tribunal de Contas e respectivos documentos anexos à acta sob o número seis, deliberou por unanimidade, aprovar a mesma, julgando quite o Tesoureiro e remeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação e ao Tribunal de Contas, para julgamento. -----

----- A Câmara depois de ter analisado convenientemente o Relatório de Actividades do ano de dois mil e um, bem como todos os documentos constantes do mesmo e a que se refere a resolução número um barra noventa e dois do Tribunal de Contas e respectivos documentos anexos à acta sob o número sete, deliberou por unanimidade aprovar o

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

mesmo, e remetê-lo à Assembleia Municipal para apreciação e ao Tribunal de Contas, para julgamento.-----

----- Estas deliberações foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos.-----

-----1.2.2 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES --
----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE
----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre catorze e vinte e oito de Fevereiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número oito). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE FEIRA EXTRAORDINÁRIA NO ----- DIA 27/03/02. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- Foi presente um ofício da Associação de Feirantes do Centro, acompanhado de uma informação dos serviços, a solicitar autorização para a realização de uma feira extraordinária no dia vinte e sete de Março do corrente ano.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a realização de feira extraordinária no dia vinte e sete de Março do corrente ano, mediante o pagamento do valor correspondente à cobrança do terrado.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES --
----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE
----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre dezoito e vinte e oito de Fevereiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número nove).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE -----

----- EDIFICIO MULTIFAMILIAR, GARAGEM E ARRANJOS -----

----- ENVOLVENTES (LOTE 7), REQUERIDO POR ENAGA - -----

----- SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LIMITADA - PROCESSO Nº --

----- 16/02 - ALTERAÇÃO DE PORMENOR. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação técnica (parecer cinquenta e nove barra dois mil e dois). -----

----- Segundo a citada informação, a proposta apresentada está em desconformidade com a solução urbanística aprovada (alvará de loteamento número um barra dois mil e um):-- -----

----- -A área de construção da garagem é de trezentos e vinte e um virgula oitenta metros quadrados, enquanto que a permitida pelo alvará de loteamento é de trezentos metros quadrados.-----

----- Face ao exposto, os serviços informaram e propuseram que a referida alteração fosse aprovada em Reunião de Câmara, uma vez que tem enquadramento no disposto no número oito do artigo vinte e sete do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, dado tratar-se de uma variação de área inferior a três por cento, sem aumento do número de fogos e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no P.D.M.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos Serviços deliberou por unanimidade aprovar a alteração verificada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE -----**
EDIFICIO MULTIFAMILIAR, GARAGEM E ARRANJOS -----
ENVOLVENTES (LOTE 8), REQUERIDO POR ENAGA -----
SOCIEDADE DE COSNTRUÇÕES, LDª - PROCESSO Nº 15/02 -----
- ALTERAÇÃO DE PORMENOR. -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação técnica (parecer sessenta barra dois mil e dois). -----

----- Segundo a citada informação, a proposta apresentada está em desconformidade com a solução urbanística aprovada (alvará de loteamento número um barra dois mil e um):-- -----

----- -A área de construção da garagem é de trezentos e vinte e um virgula oitenta metros quadrados, enquanto que a permitida pelo alvará de loteamento é de trezentos metros quadrados.-----

----- Face ao exposto, os Serviços informaram e propuseram que a referida alteração fosse aprovada em reunião de Câmara, uma vez que tem enquadramento no disposto no número oito do artigo vinte e sete do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, dado tratar-se de uma variação de área inferior a três por cento, sem aumento do número de fogos e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no PDM. -----

----- --A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos Serviços deliberou por unanimidade provar a alteração verificada.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE -----**
EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR, GARAGEM E ARRANJOS-----
ENVOLVENTES (LOTE 6), REQUERIDO POR ENAGA -----
SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDª - PROCESSO Nº 14/02
- ALTERAÇÃO DE PORMENOR. -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação técnica (parecer cinquenta e quatro barra dois mil e dois). -----

----- Segundo a citada informação, a proposta apresentada está em desconformidade com a solução urbanística aprovada (alvará de loteamento número um barra dois mil e um):-----

----- -A área de construção da garagem é de trezentos e vinte e um virgula oitenta metros quadrados, enquanto que a permitida pelo alvará de loteamento é de trezentos metros quadrados.-----

----- Face ao exposto, os Serviços informaram e propuseram que a referida alteração fosse aprovada em reunião de Câmara, uma vez que tem enquadramento no disposto no número oito do artigo vinte e sete do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, dado tratar-se de uma variação de área inferior a três por cento, sem aumento do número de fogos e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no PDM. -----

----- --A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos Serviços deliberou por unanimidade provar a alteração verificada.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE -----**
EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR, GARAGEM E ARRANJOS-----
ENVOLVENTES (LOTE 9), REQUERIDO POR ENAGA -----
SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDª. - PROCESSO Nº

17/02

----- **- ALTERAÇÃO DE PORMENOR. -----**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação técnica (parecer sessenta e um barra dois mil e dois). -----

----- Segundo a citada informação, a proposta apresentada está em desconformidade com a solução urbanística aprovada (alvará de loteamento número um barra dois mil e um);-- -----

----- -A área de construção da garagem é de trezentos e vinte e um virgula oitenta metros quadrados, enquanto que a permitida pelo alvará de loteamento é de trezentos metros quadrados.-----

----- Face ao exposto, os Serviços informaram e propuseram que a referida alteração fosse aprovada em reunião de Câmara, uma vez que tem enquadramento no disposto no número oito do artigo vinte e sete do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, dado tratar-se de uma variação de área inferior a três por cento, sem aumento do número de fogos e alteração dos parâmetros urbanísticos fixados no PDM. -----

----- -- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos Serviços deliberou por unanimidade aprovar a alteração verificada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **6 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE**

----- **MORADIA UNIFAMILIAR, NA RUA DO CORGO, EM TENTÚGAL,**
----- **REQUERIDO POR CARLOS ALBERTO DA CRUZ MOREIRA - ---**
----- **PROCESSO Nº 01/02. -----**

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa saber da possibilidade do requerente, na qualidade de proprietário, poder construir uma moradia unifamiliar e anexos num terreno que se encontra inscrito na matriz sob o número mil duzentos e sessenta e sete, sito na Rua do Corgo, em Tentúgal. -----

----- Na sequência da análise efectuada no âmbito do número um do artigo catorze do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e um, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, os serviços prestaram informação de que a pretensão merece parecer favorável com as condicionantes apontadas, conforme documento anexo à presente acta sob o número dez.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia requerido por Carlos Alberto da Cruz Moreira, com as condicionantes apontadas.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **7- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE ---**
GARAGEM, EM LOMBA - CARAPINHEIRA, REQUERIDO POR ---
ARNALDO JOSÉ GOUVEIA QUARESMA E OUTROS - PROCESSO
Nº 302/96. -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação que aponta para o indeferimento do pedido com base das alíneas a) e g) do número um do artigo sessenta e três do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e cinco barra, noventa e um, de vinte de Novembro com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei número duzentos e cinquenta barra noventa e quatro, de quinze de Outubro, pelos seguintes motivos:-----

----- a) Sob o ofício número três mil novecentos e dezoito, de doze de Dezembro de mil novecentos e noventa e seis, a Junta Autónoma de Estradas, emite parecer desfavorável; ---

----- b) O índice de construção de zero ponto quarenta e dois resultante da proposta é superior ao de zero ponto quinze permitido na alínea b) do número dois do artigo quarenta e seis do Regulamento do Plano Director Municipal. -----

----- Na sequência do exposto, foi o requerente notificado nos termos do artigo cento e um do C.P.P. para apresentar no prazo de dez dias úteis, exposição escrita. -----

----- Como o prazo concedido se encontra largamente ultrapassado, sem que o requerente tenha apresentado qualquer documento que pudesse alterar a situação da pretensão, os serviços foram de entendimento que o pedido devia ser submetido a reunião de Câmara para indeferimento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos serviços, deliberou por unanimidade indeferir o pedido de licenciamento para construção de garagem, requerido por Arnaldo José Gouveia Quaresma e outros, pelos motivos apontados. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **8- RECTIFICAÇÃO DO PONTO 5 DA DIVISÃO DE OBRAS -----**
PARTICULARES DA ACTA DA REUNIÃO DE 01/02/2002.----

----- Foi presente o processo número quinze barra dois mil e um, cujo pedido foi requerido por António Júlio Sousa Medina, para rectificação do ponto cinco da acta da reunião de Câmara de um de Fevereiro de dois mil e dois.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- Sobre o assunto em epígrafe foi prestada informação de que no referido ponto onde se lê no título "... para construção de duas moradias...", deve ler-se "...para construção de uma moradia...", consequentemente na respectiva deliberação deve também ler-se "... para construção de uma moradia..." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar o ponto cinco da acta da reunião de Câmara de um de Fevereiro findo de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **9- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE CASA -
DE HABITAÇÃO, EM SANTO VARÃO, REQUERIDO POR
MANUEL**

----- **FERRAZ MARQUES - PROCESSO Nº 455/97.** -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação que aponta para o indeferimento do pedido com base das alíneas b) e c) do número um do artigo sessenta e três do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e cinco barra noventa e um, de vinte de Novembro com a redacção dada pelo Decreto-Lei número duzentos e cinquenta barra noventa e quatro, de quinze de Outubro, pelos seguintes motivos: -----

----- Um - A propriedade para além de uma faixa de cerca de cento e cinquenta metros, medidos da plataforma da estrada que passa a Norte, insere-se em área de RAN, pelo que qualquer utilização desse solo em RAN está sujeita ao regime desta condicionante, regulada pelo Decreto-Lei número cento e noventa e seis barra oitenta e nove, de catorze de Junho, alterado pelo Decreto-Lei número duzentos e setenta e quatro barra noventa e dois, de doze de Fevereiro, e sujeita às normas regulamentares definidas nos artigos quinto e sexto do Regulamento do P.D.M.; -----

----- Dois - A operação de destaque deve-se restringir à classe de espaço com aptidão construtiva, por força do regime jurídico da servidão atrás referida; -----

----- Três - Falta Certidão da Conservatória do Registo Predial actualizada. -----

----- Na sequência do exposto, foi o requerente notificado nos termos do artigo cento e um do C.P.A - Código do Procedimento Administrativo, para a apresentação de exposição escrita no prazo de trinta dias úteis. -----

----- Como o prazo concedido se encontra largamente ultrapassado, sem que o requerente tenha apresentado qualquer documento que pudesse alterar a situação da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

pretensão, os serviços foram de opinião de que o pedido devia ser apresentado em reunião de Câmara para indeferimento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade indeferir o pedido de licenciamento para construção de casa de habitação, em Santo Varão, requerido por Manuel Ferraz Marques, pelos motivos indicados.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **10- PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DE ---**
HABITAÇÃO NO LUGAR DE BUNHOSA, REQUERIDO POR----
VICTOR MANUEL OLIVEIRA CRUZ - PROCESSO Nº 100/01. -

----- Foi presente o processo em epígrafe, sobre o qual os serviços prestaram informação, de que, na sequência da vistoria efectuada em dois de Agosto do ano findo, conforme auto de vistoria número cem barra dois mil e um, constante do processo, a construção a que alude o processo número vinte e nove barra noventa e um, mereceu, por parte da Comissão de Vistorias parecer desfavorável, pelo seguinte motivo:-----

----- A obra executada não obedeceu ao projecto aprovado., -----

----- Nesse contexto, foi o requerente notificado nos termos do artigo cento e um do C.P.A - Código do Procedimento Administrativo, para apresentação de exposição escrita no prazo de dez dias úteis, o que não foi efectuado. -----

----- Em face do exposto, os serviços foram de entendimento de que o pedido deveria ser presente a reunião de Câmara para indeferimento. -----

----- Informaram ainda que, pelos motivos atrás invocados, o requerente deveria ser notificado a apresentar projecto de alterações. -----

----- A Câmara com base na informação dos serviços, deliberou por unanimidade: -----

----- Um - Indeferir o pedido de emissão de licença de utilização: -----

----- Dois - Mandar notificar o requerente a apresentar projecto de alterações. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **11- PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DE ---**
ARRUMOS NO LUGAR DE VILA FRANCA - ARAZEDE, -----
REQUERIDO POR ANTÓNIO RAMA RAPOSO - PROCESSO Nº-
109/01. -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, sobre o qual os serviços prestaram informação, de que, na sequência da vistoria efectuada em dois de Agosto do ano findo, conforme auto de vistoria número cento e nove barra dois mil e um, constante do processo, a construção a que alude o processo número duzentos e quarenta e oito barra oitenta e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

quatro, mereceu, por parte da comissão de vistorias parecer desfavorável, pelo seguinte motivo: -----

----- A obra executada não obedeceu ao projecto aprovado. -----

----- Nesse contexto, foi o requerente notificado nos termos do artigo cento e um do C.P.A - Código do Procedimento Administrativo, para apresentação de exposição escrita no prazo de dez dias úteis, o que não foi efectuado. -----

----- Em face do exposto, os serviços foram de entendimento de que o pedido deveria ser presente em reunião de Câmara para indeferimento. -----

----- Informa-se ainda que, pelos motivos atrás invocados, o requerente deveria ser notificado a apresentar projecto de alterações. -----

----- A Câmara com base na informação dos serviços, deliberou por unanimidade: -----

----- Um - Indeferir o pedido de emissão de licença de utilização: -----

----- Dois - Mandar notificar o requerente a apresentar projecto de alterações. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **12- PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO DE**
HABITAÇÃO NA RUA DR. JOSÉ GALVÃO, EM -----
MONTEMOR-O-VELHO, REQUERIDO POR DIONISIO DA --
SILVA ÂNGELO - PROCESSO Nº 122/01. -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, sobre o qual os serviços prestaram informação, de que, na sequência da vistoria efectuada em quatro de Outubro do ano findo, conforme auto de vistoria número cento e vinte e dois barra dois mil e um, constante do processo, a construção a que alude o processo número seiscentos e setenta e um barra setenta e oito, mereceu, por parte da comissão de vistorias, parecer desfavorável, pelo seguinte motivo:----

----- A obra executada foi ampliada para o logradouro posterior e lateral direito pelo que, não obedeceu ao projecto aprovado. -----

----- Nesse contexto, foi o requerente notificado nos termos do artigo cento e um do C.P.A - Código do Procedimento Administrativo - para apresentação de exposição escrita no prazo de trinta dias úteis, o que não foi efectuado. -----

----- Em face do exposto, os serviços foram de entendimento de que o pedido deveria ser presente em reunião de Câmara para indeferimento., -----

----- Informaram ainda que, pelos motivos atrás invocados, o requerente deveria ser notificado a apresentar projecto de alterações. -----

----- A Câmara com base na informação dos serviços, deliberou por unanimidade o seguinte: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- Um - Indeferir o pedido de emissão de licença de utilização. -----

----- Dois - Mandar notificar o requerente a apresentar projecto de alterações. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **13- PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE EDIFÍCIO, SITO NO** -----
 ----- **LUGAR E FREGUESIA DE ARAZEDE, EM REGIME DE** -----
 ----- **PROPRIEDADE HORIZONTAL E RESPECTIVA CERTIFICAÇÃO,** -----
 ----- **REQUERIDO POR EDITE MARIA VALENTE TEIXEIRA -** -----
 ----- **PROCESSO Nº 353/96.** -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa a autorização para que o prédio a seguir identificado seja constituído em regime de propriedade horizontal, bem como a requerer a respectiva certificação. -----

----- O edifício em apreço, foi construído ao abrigo dos alvarás de licença de construção números cento e noventa e dois barra noventa e oito, dezassete barra noventa e nove e um barra dois mil e um, situado no lugar e freguesia de Araze de e encontra-se erigido no prédio inscrito na matriz predial sob o número setenta e quatro urbano e dois mil duzentos e noventa e cinco rústico e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número cinco mil duzentos e setenta e cinco, confrontando a Norte com Estrada, do Sul e Poente com Júlio Marques Craveiro e do Nascente com Manuel Ferreira e Manuel Mendes Bicho. -----

----- Segundo a informação constante do processo o edifício satisfaz os requisitos exigidos nos artigos mil quatrocentos e catorze e mil quatrocentos e quinze do Código Civil e reúne condições para constituição em regime de propriedade horizontal conforme as fracções que descreve: -----

----- Fracção A - Rés-do-chão destinado a comércio, composto por salão, arrumos e instalações sanitárias, com a área de cento e nove metros quadrados, a que corresponde trezentos e setenta e dois por cento do edifício. -----

----- Fracção B - Primeiro andar destinado a habitação, composto por escada de Acesso, hall, sala comum, cozinha, duas casas de banho e três quartos, com a área de cento e oitenta e quatro metros quadrados, a que corresponde seiscentos e vinte e oito por cento do edifício. -----

----- Comuns - São comuns a passagem coberta no rés-do-chão com a área de cinquenta metros quadrados e as referidas no artigo mil quatrocentos e vinte e um do Código Civil. -----

----- Face ao exposto, e em resultado das disposições da legislação atrás referida, os Serviços são de opinião que se poderá deferir a pretensão conforme a composição e descrição acima referidas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- A Câmara face à informação supra, deliberou por unanimidade, deferir o pedido, dado que o edifício satisfaz os requisitos exigidos nos termos dos artigos mil quatrocentos e catorze e mil quatrocentos e quinze do Código Civil e reúne condições para a constituição em regime de propriedade horizontal conforme as fracções descritas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **14- PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 01/95, REQUERIDO POR PAULO JORGE COSTA DE OLIVEIRA E OUTROS - PROCESSO Nº 02/2001.** -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de uma informação técnica (parecer setenta e um barra dois mil e dois), que aponta para a aprovação da solução urbanística com as condicionantes constantes do referido parecer que consta como documento anexo à presente acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração do loteamento acima indicado conforme solução urbanística apresentada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **15- "RECTIFICAÇÃO DO PONTO Nº 3 DA DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES DA ACTA EXARADA NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05.09.2001 - PROCESSO Nº 88/01.** ---

-----**O Presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido de licenciamento foi requerido por Cristina Maria Ribeiro Torres da Silva Tinoco, para rectificação do ponto número três da acta exarada na reunião ordinária de cinco de Setembro de dois mil e um. -----

----- Na parte da deliberação onde se lê "...requerido por Graça Maria Neto Cardoso..." deve ler-se "...requerido por Cristina Maria Ribeiro Torres da Silva Tinoco..." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar o ponto três da acta da reunião ordinária de cinco de Setembro de dois mil e um, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----**E SENDO TREZE HORAS E TRINTA MINUTOS A REUNIÃO FOI INTERROMPIDA PARA ALMOÇO, TENDO RECOMEÇADO ÀS DEZASSEIS HORAS.** -----

-----**NÃO TOMOU PARTE DA REUNIÃO A PARTIR DESTE PONTO O VEREADOR EMIDIO FIDALGO.** -----

-----**3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS** -----

-----**3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- **3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA.** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- 1- NOVO MERCADO MUNICIPAL. -----
 ----- -ALTERAÇÃO AO PROJECTO (FINALIDADE DA FRACÇÃO Z ---
 ----- PROPRIEDADE HORIZONTAL).-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente à alteração da finalidade da fracção Z, referente à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar a alteração proposta, passando a finalidade da fracção Z (Restauração) para “Comércio ou Serviços”, devendo os Serviços competentes proceder às correcções respectivas, nomeadamente em termos de propriedade horizontal. -----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2. NOVO MERCADO MUNICIPAL (ALTERAÇÃO DA COBERTURA).
 ----- -PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE -----
 ----- ENCARGOS. -----
 ----- -ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO. -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade retirar o presente ponto. -----

----- 3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO. -----

----- 3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA. -----

----- 3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO. -----

----- 1- REDE DE ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSELHA -
 ----- FASE A (REDES) - PARTE. -----
 ----- -AUDIÊNCIA PRÉVIA - ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA. -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de um de Fevereiro do corrente ano (audiência prévia nos termos do artigo cento e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março) sobre a obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma Ernesto Alves Pinto & Companhia, Limitada, pelo montante de quatrocentos e treze mil cento e setenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos (oitenta e dois milhões oitocentos e trinta e quatro mil cento e vinte e oito escudos) acrescido do IVA à taxa legal.-----

----- 2- REDE DE ESGOTOS DE MONTEMOR-O-VELHO - FASE A -----
 ----- (REDES) + FASE B (ETAR) - INFRAESTRUTURAS -----
 ----- TELEFÓNICAS, GÁS E INFORMÁTICA - TRABALHOS A
 MAIS.

----- -RECTIFICAÇÃO DO PONTO 3.1.4.1. DA REUNIÃO DE CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- DE 12/12/01. -----

----- Foi presente para rectificação o ponto um do Sector de Saneamento Básico da reunião de doze de Dezembro de dois mil e um pois onde se lê: -----

----- "A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Aprovar os projectos em causa. -----

----- Dois - Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos". -----

----- Deve ler-se: -----

----- "A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Autorizar o pagamento dos trabalhos a mais, no montante de dois milhões e noventa mil quinhentos e quarenta escudos, acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- Dois - Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial, sem prazo de execução adicional por não se justificar.-----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade rectificar o ponto um do Sector de Saneamento Básico da reunião de doze de Dezembro de dois mil e um de acordo com o atrás exposto.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3- ABASTECIMENTO DE ÁGUA A TENTÚGAL - REMODELAÇÃO --**

----- **DA REDE/SISTEMA - CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO -----**

----- **-ALTERAÇÃO AO PROJECTO - TRABALHOS A MAIS E A -----**

----- **MENOS. -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais e a menos referente à obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aceitar os novos preços unitários propostos pelo empreiteiro no montante de três mil seiscentos e sessenta e três euros e sessenta e sete cêntimos (setecentos e trinta e quatro mil e quinhentos escudos). -----

----- Dois – Autorizar os trabalhos a mais no montante de vinte mil duzentos e oitenta e seis euros e sessenta e cinco cêntimos (quatro milhões e sessenta e sete mil cento e oito escudos e setenta centavos), acrescido do IVA à taxa legal, para um prazo de execução adicional de onze dias seguidos. -----

----- Três – Tomar conhecimento dos trabalhos a menos, no montante de seiscentos e noventa e oito euros e três cêntimos (cento e trinta e nove mil novecentos e quarenta e três escudos). -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- Quatro – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 1- INICIATIVA "AFONSO DUARTE NA ROTA DOS ESCRITORES"

----- CANDIDATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O----

----- VELHO À "A ROTA DOS ESCRITORES"/COMISSÃO DE -----

----- COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO. -----

----- O Vereador do Pelouro informou que, foi feito o convite pela Comissão de Coordenação da Região Centro, a esta Autarquia para a participação da mesma na Iniciativa "A Rota dos Escritores", era apresentada a proposta com a designação "Afonso Duarte na Rota dos Escritores". A Iniciativa "A Rota dos Escritores" tem por fundamentos basilares o facto da Comissão de Coordenação da Região Centro, na sua luta pela Região Centro, e pela sua população, pretender dar a conhecer através de uma rota - A Rota dos Escritores - aqueles pensadores do séc. XX que transpuseram no papel os rasgos de uma região. Aquele projecto irá ser apresentado em Coimbra, Capital Nacional da Cultura dois mil e três. Após o convite público feito pela Comissão de Coordenação da Região Centro a várias entidades, uma Comissão de Apreciação Técnica irá seleccionar cinco autores. Esta iniciativa terá financiamento comunitário, mediante uma candidatura feita pela Comissão de Coordenação da Região Centro ao Programa Operacional da Cultura - Q.C.A. III. Cada entidade seleccionada terá de criar um Centro de Acolhimento de Informação do Autor, uma Exposição, uma Programação Cultural paralela e receber as Exposições Itinerantes dos outros quatro autores. Nesta fase, será necessária a apresentação por parte desta Autarquia, o projecto de criação do Centro de Acolhimento de Informação do Autor, da Exposição e da Programação Cultural. Em caso da proposta de participação desta Câmara Municipal ser aprovada, terá que ser apresentado o orçamento e o Cronograma de realização desta proposta, sendo assim necessário que seja novamente objecto de deliberação de Reunião de Câmara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a Candidatura da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho à "A rota dos Escritores" com a designação "Afonso Duarte na Rota dos Escritores". -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 1- CONSTRUÇÃO DA PISTA DE REMO/CENTRO NÁUTICO DE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- REMO - TRANSPORTE DE TERRAS A VAZADOURO -
AJUSTE -----

----- DIRECTO. -----
----- -PROGRAMA DE TRABALHOS.-----

----- Foi presente o Plano de Trabalhos e respectivo Cronograma Financeiro da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quinze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar os elementos em causa. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DA-----
----- CARAPINHEIRA - CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO. -----
----- -DEFICIÊNCIAS. -----

----- No seguimento do pedido feito pelo empreiteiro da obra em epígrafe, nos termos do artigo duzentos e dez do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, e após várias vistorias feitas à obra na sequência de deficiências apontadas pela fiscalização da mesma, foi presente uma informação dos Serviços datada de trinta de Janeiro do corrente ano, acompanhada dos elementos atrás descritos, que ficaram como documentos anexos à acta sob o número dezasseis. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Que seja de imediato restituído ao empreiteiro o montante de quatro milhões quinhentos e vinte e oito mil setecentos e setenta e cinco escudos, referente ao reforço das cauções prestadas nos termos do número um do artigo cento e noventa e dois do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três de dez de Dezembro e ponto três ponto três ponto um do respectivo Caderno de Encargos.-----

----- Dois – A parte restante referente às cauções prestadas nos termos do artigo cento e quatro do citado diploma legal e do ponto dezassete ponto seis do Programa de Concurso, será restituída após a correcção efectuada pelo empreiteiro das deficiências apontadas na informação dos Serviços datada de trinta de Janeiro do corrente ano e anexo a esta acta e parecer favorável dos Serviços, precedido de vistoria à obra, efectuada pela fiscalização da mesma.

----- Três - Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

----- 3- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS AOS CLUBES DESPORTIVOS
----- DO CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- O Presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.-----

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Dado que detinha o Pelouro do Desporto e dado que se encontravam por resolver uma série de compromissos decorrentes da Grelha Desportiva de Apoio aos Clubes existente e que considerava que deveria ser esgotada até ao final da corrente época desportiva e dado que o despacho que tinha encontrado quando tomou a responsabilidade dos destinos do Município de um documento emanado pelo Ex-Vereador do Pelouro do Desporto pressupunha que devia ser remetido à reunião de Câmara de vinte e oito de Dezembro de dois mil e um que veio ocorrer a vinte e seis de Dezembro de dois mil e um a atribuição de subsídios aos Clubes Desportivos do Concelho de Montemor inscitos, com base na Grelha de Apoio ao Associativismo Desportivo, referente à terceira tranche de dois mil barra dois mil e um e primeira tranche de dois mil e um barra dois mil e dois. Como o mesmo não ocorreu pensava que por um princípio de ética e de solução de compromissos e de transparência de gestão, propunha a atribuição dos subsídios constantes do documento anexo à presente acta sob o número dezassete. Os montantes referidos no anexo, incluem também os subsídios extraordinários à participação no programa desportivo das Festas Concelhias de dois mil e um. -----

----- Assim, e fora do contexto da referida grelha, propunha ainda a atribuição de um subsidio à Associação de Basquetebol de Coimbra, no valor de cento e cinquenta mil escudos, para fazer face as despesas de arbitragem pagas pela referida Associação aquando da realização do II Torneio de Basquetebol Vila de Montemor-o-Velho, realizado em Setembro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE**-----

----- **1- TRANSPORTES ESCOLARES.** -----

----- Sobre o assunto em epígrafe, foi prestada informação pelos Serviços administrativos, que consta anexa ao presente processo. -----

----- A Câmara após ter analisado o caso, deliberou por unanimidade comparticipar em cem por cento o transporte da aluna Adriana Filipa da Silva Lopes por se encontrar na escolaridade obrigatória. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01

----- 2- PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MINISTÉRIO DA -----
----- CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA E A CÂMARA MUNICIPAL DE-
----- MONTEMOR-O-VELHO .-----

----- **O Presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- Foi presente o Protocolo a celebrar entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, para a instalação de vários equipamentos, nomeadamente, computadores nas Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico (documento anexo à presente acta sob o número dezoito). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar e autorizar a assinatura do referido Protocolo. -----

----- Mais deliberou por unanimidade remeter o presente Protocolo à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro. -----

----- Verificou-se a não existência de público. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Março de 01